

Artigo

A religião como chave para a compreensão da realidade nos clássicos da sociologia: possibilidades e aproximações

*Rafael Faustino **

Resumo

O presente artigo propõe mostrar como, nas obras dos três autores clássicos da Sociologia, a religião constitui uma chave importante para a compreensão da realidade social, representando mais do que mero tópico de interesse. Argumenta-se que em Durkheim e Weber tal tema é incontornável para a formulação de suas teorias sociológicas, e que, mesmo em Marx, o fenômeno religioso ofereceu um caminho profícuo para que ele chegasse à suas proposições mais disseminadas. Para demonstrar este ponto, são abordadas obras que integram, de maneira mais ou menos equivalente, períodos de “virada conceitual” para cada autor, mostrando como o fenômeno religioso teve papel central no amadurecimento das respectivas teorias. Apontamos então aproximações entre teses de Durkheim, Weber e Marx com relação à religião, mostrando como ela pode suscitar também estudos comparativos e abrangentes entre eles. Conclui-se constatando que em qualquer uma das principais tradições sociológicas, estudar a religião é um caminho profícuo para compreender e explicar a realidade social.

Palavras-chave: Religião. Émile Durkheim. Max Weber. Karl Marx. Teoria sociológica.

Religion as a Key to Understanding Reality in the Classics of Sociology: Possibilities and Approaches

Abstract

This article aims to show how, in the works of the three classical sociologists, religion constitutes an important key to understanding social reality, representing more than just a mere topic of interest. It is argued that in Durkheim and Weber, this subject is essential for the formulation of their sociological theories, and that even in Marx, the religious phenomenon provided a fruitful path for him to arrive at his most widespread propositions. To demonstrate this point, we discuss works that integrate, in a more or less equivalent manner, periods of "conceptual turning points" for each author, showing how the religious phenomenon played a central role in the development of their respective theories. We then highlight the connections existent between the theories of Durkheim, Weber, and Marx concerning religion, showing how it can also inspire comparative and comprehensive studies between them. The conclusion asserts that in any of the major sociological traditions, studying religion is a fruitful path to understanding and explaining social reality.

Keywords: Religion. Émile Durkheim. Max Weber. Karl Marx. Sociological Theory.

** Mestrando no Programa de Pós-graduação em Sociologia da Universidade Federal de São Carlos. E-mail: rafa.faustino09@gmail.com*

Escrivendo sobre a trajetória do sociólogo José Casanova, notório por seus estudos sobre a presença da religião no espaço público contemporâneo, Hans Joas apontou que o espanhol não aborda seu campo de estudos como uma especialização, mas como um caminho para compreender a realidade mais ampla. “Sem uma compreensão da centralidade da religião, para ele – assim como para as figuras clássicas da sociologia, Max Weber e Émile Durkheim – não há absolutamente nenhuma perspectiva de se obter uma compreensão dos processos de mudança social” (JOAS 2024, p. 333).

Compartilhando dessa opinião, propõe-se aqui mostrar como, nas obras dos citados Weber e Durkheim, a religião constitui uma chave incontornável para a compreensão da realidade social. Será incluída em tal exposição a obra de Karl Marx, propondo que também no terceiro autor clássico da área a abordagem da religião ofereceu um caminho profícuo para que ele chegasse à sua teoria mais disseminada. Serão abordadas, por fim, possíveis aproximações das teorias dos três clássicos no que se relaciona com a religião, incluindo observações de autores mais recentes influenciados por seus estudos.

O texto está dividido em duas seções principais. Na primeira, é apresentada a abordagem do fenômeno religioso nas obras dos três autores clássicos da sociologia, apontando, no contexto histórico das produções selecionadas dentro da trajetória de cada autor, como tal fenômeno é importante para as teorias sociológicas criadas por eles.

Para fazer essa exposição, foram selecionadas obras que integram, de maneira mais ou menos equivalente, períodos de “virada conceitual” para cada autor. Tal abordagem tem a utilidade de mostrar como a religião foi, para cada um deles, elemento importante para o desenvolvimento de teorias

maduras que surgiram mais adiante, servindo como conector entre conceito e exemplo empírico. Em Durkheim, “O Suicídio” marca um momento em que a religião, tratada nos trabalhos iniciais do francês como elemento estruturante das sociedades tradicionais, e que teria sido substituída gradativamente pela ciência naquelas mais modernas, passa a ser compreendida como chave para a coesão social como um todo, sendo o principal fator explicativo do autor para conceituar o tipo de suicídio egoísta. Tal virada se completará depois com “As formas elementares da vida religiosa”, que abordarei de forma complementar; em Weber, “A Ética protestante e o ‘espírito’ do capitalismo” é exemplo consagrado de caso empírico relacionando disposições religiosas e comportamentos sociais sob o paradigma da sociologia compreensiva. Além de comentar como tal operação conceitual se dá, apontarei como esse estudo compõe a abordagem religiosa mais ampla de Weber, que seria complementada pelos ensaios “Introdução”, “Consideração intermediária” e o compêndio “Ética econômica das religiões mundiais”; por fim, em Marx, privilegiarei a virada do “jovem hegeliano” para o “materialista histórico”, caracterizada pelas obras críticas a Hegel e aos outros jovens: sobretudo “Crítica da filosofia do direito de Hegel” e “A ideologia alemã”. Será apontado como a religião funciona, nessas obras, como chave para o desenvolvimento dos conceitos de alienação e ideologia – ainda que mais tarde o tema tenha deixado de ocupar lugar central nas obras do autor.

Na segunda seção, serão feitas aproximações entre as teorias apresentadas anteriormente, aproveitando também recuperações e repercussões contemporâneas das teorias sociológicas de Durkheim, Weber e Marx. A intenção será mostrar que, além de exercer importância para a compreensão da sociologia de cada um dos principais clássicos da disciplina, o fenômeno religioso pode suscitar também estudos comparativos e abrangentes entre eles. Conclui-se o trabalho constatando que a religião pode ser considerada uma chave para a compreensão da realidade social em cada um dos autores clássicos – e, assim, elemento que, no âmbito sociológico, deve ser considerado mais do que uma área de especialização.

1. A abordagem da religião nos autores clássicos da sociologia

1.1 Durkheim: religião passa de elemento estático a fenômeno dinâmico e transformador

Autor fundacional na Sociologia enquanto disciplina científica, Durkheim foi também responsável por fixar a noção de que não existe indivíduo apartado dos valores vigentes em sua sociedade (DURKHEIM, 2000, p. 6) Porém, afirma, a adesão a esses valores não é necessariamente racional ou logicamente percebida: somos penetrados pela moral coletiva da sociedade desde o início da vida, e Durkheim reconhece a religião como importante fio condutor dessa moral. Em sua fase mais marcada pela influência positivista, em obras como “Da divisão do trabalho social” (1999, publicado originalmente em 1893), o francês coloca a religião como base da moral coletiva nas sociedades tradicionais, inclusive explicando a forma do direito praticado nelas: o direito penal, em que os crimes são tratados como ofensas aos deuses – e, por consequência, a todo o corpo social. “(...) se o direito criminal é, primitivamente, um direito religioso, podemos estar certos de que os interesses a que serve são sociais” (DURKHEIM, 1999, p. 64). A moral religiosa, assim, caracteriza sociedades de solidariedade mecânica, que contêm baixo grau de individualização; já nas sociedades orgânicas e mais individualizadas, aponta o autor, tal moral teria sido substituída pela ciência. Portanto, nesta fase inicial durkheimiana, embora central para um dos tipos sociais conceituados por ele, a importância da religião é circunstancial e decrescente.

Isso começa a mudar em “O Suicídio”, obra publicada em 1897 e em que Durkheim mostra, na prática, como atos que podem ser concebidos como individuais – como alguém decidir tirar a própria vida – na verdade são determinados “por uma realidade moral que o ultrapassa: é a realidade coletiva” (DURKHEIM, 2000, p. 6). Ao explicar porque as taxas de suicídio acompanham características específicas de cada sociedade, o sociólogo francês estabelece objetivamente e até quantitativamente o valor da disciplina defendida por ele.

Durkheim não teria chegado a conclusões tão certas se tivesse deixado de observar o papel da religião na configuração dessa realidade coletiva. Ela é a principal chave observada pelo autor para caracterizar um dos tipos de suicídio estabelecidos: o “suicídio egoísta”, em que o indivíduo tira a própria vida por se sentir desintegrado da sociedade. Durkheim compara taxas de suicídio de regiões predominantemente protestantes, católicas e judias, constatando que “por toda parte, sem nenhuma exceção, os protestantes fornecem muito mais suicídios do que os fiéis de outros cultos.” (DURKHEIM, 2000, p. 180). Identifica como principal motivação a maior possibilidade de “autoexame” no protestantismo – ou seja, a incumbência que os fiéis nessa religião têm de elaborar a própria crença, enquanto os católicos a recebem “pronta” da tradição. A preocupação de fundo é a que já acompanhava Durkheim em seus primeiros estudos: a influência do crescente individualismo das sociedades modernas no seu grau de integração – em sua visão, por ter a crítica a uma tradição estabelecida e o próprio cisma em sua gênese, o protestantismo carrega uma “condição de individualismo religioso” (DURKHEIM, 2000, p. 186). O veredito final sobre o argumento é que “a superioridade do protestantismo do ponto de vista do suicídio provém do fato de ele ser um Igreja menos fortemente integrada do que a Igreja católica” (DURKHEIM, 2000, p. 188).

Entre “Da divisão do trabalho social” e “O Suicídio”, a religião ganha novo peso enquanto chave analítica no pensamento durkheimiano. Antes tratada como um importante, mas gradualmente ultrapassado comparativo para se analisar a integração social, o fenômeno religioso é percebido na segunda obra não só como ainda influente, mas também sinal maior de uma transformação: além de uma religião mais individualista, o protestantismo é apontado também como sinal distintivo de uma maior procura pelo saber escolar e científico no período e nos locais estudados – outro elemento individualizante da conduta e que aumenta a propensão ao suicídio do tipo egoísta. “(...) se as nações protestantes atribuíram tanta importância à instrução elementar, foi porque julgaram necessário que cada indivíduo fosse

capaz de interpretar a Bíblia” (DURKHEIM, 2000, p. 193 e 194). Deste diagnóstico, que deixa de considerar a religião como fenômeno estático para reconhecer seu caráter dinâmico e transformador, abrem-se portas para analisar o pensamento religioso como estruturante da realidade social. Durkheim acreditou em tal movimento e o completou mais tarde com “As formas elementares da vida religiosa”, obra mais madura publicada em 1912 em que o francês vê a chance de identificar, mesmo nas religiões consideradas mais simples e primitivas, elementos que estão presentes também nas formas modernas de pensamento. Ao assumir que todas as religiões “respondem, ainda que de maneiras diferentes, a determinadas condições da vida humana” (DURKHEIM, 1989, p. 31), Durkheim assume esse elemento como central na formação do pensamento coletivo, e, conseqüentemente, nas relações sociais de qualquer agrupamento humano.

1.2 Weber: o ascetismo calvinista como chave para entender a formação do capitalismo moderno

Dos três autores considerados os maiores clássicos da sociologia, Max Weber é aquele cuja abordagem da religião mais se disseminou – seja na própria obra ou na de autores influenciados por ele. Isso porque o alemão a elegeu, dentro de sua sociologia compreensiva centrada na conduta social guiada por valores, como instrumento para analisar o fenômeno histórico que foi seu maior interesse teórico: os diferentes processos de racionalização presentes em distintas sociedades. Como explicou Pierucci (2003), Weber não fez uma “sociologia da religião”, embora tenha inspirado boa parte dos autores que se firmaram nesse campo; mas sim uma “sociologia com a religião” como principal instrumento analítico e de observação empírica. “Weber se pretende o sociólogo que, ao eleger as religiões como objeto, produz uma dupla macrossociologia: uma sociologia geral da mudança social como inevitável racionalização da vida, e uma sociologia específica da modernização ocidental.” (PIERUCCI, 2003, p. 18).

A eleição de tal instrumento aconteceu no processo de recuperação de Weber de seu colapso nervoso, que se passou no final do século 19. Antes disso, suas produções versavam sobre temas que uniam direito e economia, mostrando ainda jovem um interesse pelas vias de formação do capitalismo, em sua pesquisa com imigrantes poloneses e os junkers alemães na região fronteira entre os dois países (WEBER 2015). Após retomar as atividades de pesquisa em 1903, publica no ano seguinte, no recém-criado “Arquivo para as ciências sociais e para a política social”, a primeira parte do que viria a ser seu trabalho mais célebre, “A ética protestante e o ‘espírito’ do capitalismo”. Tal ensaio inicial ganharia corpo em 1905, após sua viagem aos Estados Unidos em que pôde observar de perto as transformações geradas pela influência do calvinismo na produção econômica do país; e finalizado mais de uma década mais tarde. A intenção aqui não é fazer uma análise minuciosa da evolução da sociologia weberiana, mas sim apontar a crescente importância da religião em sua obra a partir do momento em que foi inserida nela. Por isso, “A ética protestante...” será tratada como um texto único, surgido a partir de uma preocupação inicial que se manteve e se desenvolveu até a completude da obra.

Nessa obra, Weber procura descrever o impacto do protestantismo e sobretudo do pensamento calvinista sobre o capitalismo moderno. Tal análise se dá identificando as “‘afinidades eletivas’ entre certas formas de fé religiosa e certas formas da ética profissional” (WEBER, 2004, p.83). Quer dizer, o que do comportamento econômico que o interessava estudar poderia ser atribuído a disposições religiosas específicas? Com tal pergunta, Weber ao mesmo tempo admite não ter todas as respostas possíveis – fundamento importante da sua sociologia compreensiva – e reconhece o que lhe poderia trazer a resposta mais importante: a religião, enquanto “agulha ferroviária” que direcionou as ações de um grupo influente de pessoas a tal caminho que gerou todo um sistema econômico.

O cerne da explicação weberiana está no ascetismo, característica distintiva do protestantismo calvinista. Nessa igreja, escreveu o alemão de Erfurt, opera com maior força do que em outros segmentos protestantes a doutrina da predestinação, segundo a qual já está determinado por Deus quem será salvo pela graça divina e quem não será; e, sendo assim, compete aos homens buscar durante sua vida terrena sinais que indiquem sua salvação pós-morte (WEBER, 2004, p. 90 e 91). Diante do “sentimento de inaudita solidão interior do indivíduo” gerado por tal doutrina (WEBER, 2004, p. 95), resta aos homens procurar durante a vida sinais de sua salvação. Pela tradição luterana, prevalente na Alemanha, se faz isso buscando dentro de si o sentimento de potência divina – um comportamento misticista que resulta em pouca intervenção prática no mundo; já tradição calvinista, é pela ação que agrade a Deus, à qual qualquer recompensa será vista como “sinais da eleição” (WEBER, 2004, p. 104) – um comportamento ascético, que terá no “trabalho profissional sem descanso” (WEBER, 2004, p. 102) sua manifestação mais latente. Assim, Weber começa a formular a explicação cultural sobre a ascensão capitalista: uma cultura do trabalho ininterrupto, influenciado determinantemente (mas não apenas) por uma doutrina religiosa, visando acumular sinais (econômicos) de graça divina.

Weber refinou e aprofundou tal argumentação enquanto completava “A Ética protestante...” e a expandiu para identificar outros tipos de éticas econômicas guiadas por predisposições religiosas. Deste esforço surgiram seus ensaios “Introdução” e “Consideração intermediária”, que chegaram ao Brasil com os títulos respectivos de “Psicologia social das religiões mundiais” e “Rejeições religiosas do mundo e suas direções” (PIERUCCI, 2003, p. 17), além do robusto “A ética econômica das religiões mundiais”. Desde as primeiras elocubrações que deram origem à “Ética protestante...”, a religião, enquanto chave analítica para compreender as variações do comportamento social, não seria mais abandonada até o fim de sua vida.

1.3 Marx: a religião como porta de entrada para desvendar os caminhos da ideologia e da alienação

Apesar de sua conhecida frase afirmando que a religião “é o ópio do povo” (MARX, 2005, p. 146), a obra de Karl Marx não se tornou célebre ou mundialmente influente por causa das análises, teorias ou mesmo comentários do autor sobre o assunto. Mas será defendido aqui que o materialismo histórico de Marx, ainda que pouco se ocupe, nas obras mais maduras do autor, de práticas, pensamento ou o fenômeno religioso de forma geral, foi alimentado pelas críticas e observações marxianas sobre a religião em um momento-chave de sua trajetória intelectual: o de sua adesão ao comunismo e dissociação definitiva do grupo de “jovens hegelianos”.

Michael Löwy aponta (2012) que o ano de 1843 é fundamental para a trajetória de Marx à medida em que foi quando aconteceu sua “ruptura com a burguesia liberal” (LÖWY, 2012, posição 1268) e se iniciou uma “transição, 'democrático-humanista', fase de desorientação ideológica e tateamento que levará ao comunismo” (LÖWY, 2012, posição 1268). Então ainda um dos jovens hegelianos, ele escreveu nesse ano a obra que primeiro trouxe reflexões suas sobre a religião: a “Crítica da Filosofia do Direito de Hegel”. Obra que, para Giddens, representa um dos primeiros exemplos de seu nascente materialismo histórico, além de ponto de partida para seu conceito de alienação (GIDDENS, 2005 p. 31).

Nela, Marx traça sua crítica mais contundente até então ao filósofo que inicialmente o inspirou, bem como às suas proposições de que o Estado prussiano seria a cristalização da evolução do espírito humano e a solução ideal aos interesses egoístas que prevaleceriam na sociedade civil. Parte importante deste Estado idealizado por Hegel é o seu caráter cristão, eleito pelos jovens hegelianos de esquerda como fator exemplarmente conservador das proposições dos velhos hegelianos, e por isso foco das críticas a eles. É por meio da crítica à religião, a forma “sagrada” de alienação (MARX, 2005, p. 147), que Marx desmonta a teoria hegeliana. Para Marx, a religião é uma “realização fantástica da essência humana” (MARX, 2005, p. 146) que

mascara a realidade ao mesmo tempo em que escancara o sofrimento gerado por esta. É “o suspiro da criatura oprimida, o coração de um mundo sem coração, como o espírito de estados de coisas embrutecidos. Ela é o ópio do povo” (MARX, 2005, p. 146), diz, na frase que seria eternizada. Seria necessário então aboli-la, mas para isso seria necessário abolir antes a situação de sofrimento que a torna necessária. Neste momento, Marx se refere principalmente ao Estado prussiano, que passava longe de ser uma “verdadeira democracia” (MARX 2005, p. 52) – o que ele defendia então, ainda sem ter desenvolvido seu léxico materialista histórico. O ponto é que, mesmo ainda a meio caminho do seu desenvolvimento teórico rumo ao comunismo, Marx já enxergava, nesta época, a relação dialética entre infraestrutura (condições materiais de sofrimento) e superestrutura (a religião, enquanto elaboração ideologizada da resposta a esse sofrimento). Compreender como se dá essa relação na prática, aliás, já era desejo de Marx há bem mais tempo, segundo Giddens (2005, p. 34): também na “Crítica da Filosofia...”, ele aponta, somos apresentados a uma carta de Marx para Ruge em 1834 em que o primeiro afirma que “o nosso slogan tem pois de ser: reforma da consciência, não através de dogmas mas através de uma análise da consciência mística naquilo que esta tem de pouco clara, quer em religião quer em política” (GIDDENS, 2005, p. 34). A religião, assim, é uma das portas de entrada para Marx desvendar os caminhos da ideologia e da alienação.

Este caminho ainda seria mais explorado ao longo da conversão do Marx jovem hegeliano ao materialista histórico. Passa por “Sobre a questão judaica” – publicado em 1845, e onde Marx demonstra que um Estado secular nada tem a ver com a ausência de religião –, pelas Teses sobre Feuerbach, do mesmo ano – onde aponta que o jovem hegeliano, em sua crítica aos velhos “não vê (...) que o ‘sentimento religioso’ é, também, um produto social” –, e chega, em 1846, a “A ideologia alemã”, que completaria seu rompimento (ao menos no que Marx conseguia controlar) com a tradição hegeliana e onde, como apontou Löwy (2012, posição 3105), Marx falou pela primeira vez em um “partido comunista”.

Na obra que escreveu junto com Friedrich Engels, o artigo “Feuerbach: a oposição entre a concepção materialista e a idealista” volta a criticar os jovens hegelianos e também a própria crítica destes aos velhos hegelianos. E no cerne está justamente a religião, que na crítica “materialista” dos jovens seria o problema maior do desigual Estado prussiano, e que deveria ser substituída pelo humanismo como base filosófica para a condução do Estado. O problema com tal argumentação, para Marx e Engels, é que a crítica dos jovens tem como início e destino a filosofia, sem questionar “qual era a conexão entre a filosofia alemã e a realidade alemã, a conexão entre sua crítica e o seu próprio meio material” (MARX, ENGELS, 1987, p. 26). Um materialismo vazio, portanto, e ao que Marx e Engels responderão fazendo uma análise materialista histórica da ideologia alemã.

Em tal análise, a religião é apresentada como uma entre outras – como a metafísica, a moral e “todo o restante da ideologia” (MARX, ENGELS, 1987, p. 37) – formas de produção de ideias que se assume como autônoma, mas é na verdade reflexo das condições materiais (e principalmente das elites) que a criaram. “O representar, o pensar, o intercâmbio espiritual dos homens, aparecem aqui como emanção direta de seu comportamento material” (MARX, ENGELS, 1987, p. 37), dizem os autores. Eles seguem dizendo que a religião, assim como outros reflexos ideológicos da exploração entre as classes, ao serem enxergadas desta forma, “perdem logo toda a aparência de autonomia. Não tem história, não tem desenvolvimento” (MARX, ENGELS, 1987, p. 37). Tal frase parece relegar a religião, bem como toda superestrutura, a um papel de mero reflexo da realidade material, e que, sendo assim, ela não merece ser analisada por si só. Mas os próprios Marx e Engels mostram que a questão não é assim tão simples.

Os autores inicialmente fazem uma correlação direta da religião, enquanto aparato ideológico, com o nível de desenvolvimento material da sociedade em questão. Nos estágios iniciais de desenvolvimento, ela será totalmente ligada à natureza, pois o homem ainda não desenvolveu formas complexas de exploração e domínio sobre essa natureza. Mas tal

complexificação leva o homem a organizar o mundo e, a levar suas construções ideacionais para caminhos que não correspondam tão diretamente aos materiais. Cria-se então a filosofia, a teologia, as formas intelectuais de conhecimento do mundo. Essas esferas são aparentemente autonomizadas, ainda que só possam se sustentar por que “as relações sociais existentes se encontram em contradição com as forças de produção existentes” (MARX, ENGELS, 1987, p. 45). Mas, em tal contradição, os produtos da consciência – incluindo a religião – ganham poder de transformar dialeticamente a realidade material, alimentando essas contradições.

Disso resultará uma crescente divisão do trabalho, onde estará fundada a contradição entre interesses individuais e coletivos – inclusive em toda a superestrutura. Marx e Engels apontam que a cristalização do Estado é uma esfera autônoma “separada dos reais interesses particulares e gerais” onde ocorrerão batalhas entre classes, mas nunca pelo bem-estar geral (MARX, ENGELS, 1987, p. 48). A religião é uma das faces dessa ilusão, representando uma forma de controle ideológico sobre as pessoas com promessas ilusórias que nunca se realizarão.

Desvendar, portanto, as contradições de infraestrutura que levaram à ideologia dominante é ponto central para transformar a realidade material. Afinal, “a classe que tem à sua disposição os meios de produção material dispõe, ao mesmo tempo, dos meios de produção espiritual, o que faz com que a ela sejam submetidas, ao mesmo tempo e em média, as ideias daqueles aos quais faltam os meios de produção espiritual” (MARX, ENGELS, 1987, p. 72). Há, assim, um caminho para se analisar a religião enquanto fator de produção e apreensão da realidade social, por uma ótica marxista.

2. Aproximações entre os clássicos e recuperações contemporâneas de suas teorias em relação à religião

2.1 Durkheim e Weber: aspectos do protestantismo que transformaram visões de mundo

Por vias distintas, tanto Durkheim quanto Weber encontraram no cenário religioso observado empiricamente a chave para importantes transformações sociais que observaram. Mais precisamente, na ascensão do protestantismo (de um típico específico de protestantismo, no caso weberiano) e nas consequências da disseminação de características distintivas dessa religião: para Durkheim, o caráter mais individualista e reflexivo dela em relação ao catolicismo representa, enquanto fator de rompimento com uma tradição de séculos, elemento potencialmente desagregador que leva ao suicídio; para Weber, o ascetismo presente no calvinismo levou a uma cultura do trabalho incansável e da conversão da profissão de fé em um trabalho profissional gerando assim o “espírito” do capitalismo moderno.

As abordagens dos autores não se assemelham apenas no objeto empírico observado para elaborar suas teorias; mas também em como enxergam o papel transformador da religião da realidade social. Mais precisamente, em como ela orienta visões de mundo que resultarão em condutas sociais específicas. Nesse ponto, a resposta weberiana já é mais reconhecida na sociologia: foi ao precisar elaborar uma resposta ao sofrimento e à necessidade de garantir a salvação após a morte que as sociedades adotaram, com base principalmente em sua ética religiosa, comportamentos econômicos diversos (WEBER, 1982, p. 312 a 314).

Mas tal elemento também está presente na obra durkheimiana. Em “As formas elementares...”, o francês aponta nas categorias de classificação fundadas na religião as estruturas que irão gerar hábitos, valores e, sobretudo, ideais que geram a coesão social naqueles grupos. A religião, diz Durkheim em sua fase mais madura, “não é só um sistema de práticas; é também um sistema de ideias cujo objetivo é exprimir o mundo”

(DURKHEIM, 1989, p. 506), e a própria ciência deve à religião as “noções essenciais” que permitiram estabelecê-la (DURKHEIM, 1989, p. 507). Sendo ela a primeira resposta da sociedade aos seus desafios coletivos, a religião forneceu as bases para a elaboração dos conceitos – que são, para Durkheim, a matéria do pensamento lógico (DURKHEIM, 1989, p. 510), e o que garante o entendimento comum entre um grupo de pessoas. Não é preciso se alongar mais para demonstrar que, em tal elaboração durkheimiana sobre a religião, é dado um importante passo na complexificação de sua teoria social, em relação às suas obras iniciais. Como se começou a ver a partir de “O Suicídio”, o fenômeno religioso e suas manifestações se tornaram um elemento central para compreender caminhos e desenvolvimentos da conduta humana.

Tal afirmação tem suporte em elaborações mais recentes feitas sobre o pensamento de Durkheim. Wacquant afirmou que “Durkheim elegeu o sistema totêmico australiano como suporte empírico de sua investigação sobre os fundamentos coletivos da crença religiosa e, por meio desta, da origem social dos quadros do entendimento humano” (WACQUANT, 1997, p. 38), tirando da religião explicações permanentes para aspectos diversos das sociedades. De forma semelhante, Weiss e Benthien apontaram como, em “As formas elementares...” o “Durkheim maduro” utilizou a religião para a “compreensão do que é o significado e como ele se produz e se comporta em um contexto social” (WEISS, BENTHIEN, 2017, p. 31). Tal elaboração se aproxima da weberiana já explicada aqui, e demonstra como o pensamento religioso, para ambos os autores, é central para compreender a humanidade em contextos que vão bem além da prática religiosa em si; a religião é, em ambos os casos, chave para teorias sobre a compreensão do mundo e a ação baseada nela.

2.2 Marx: religião é mesmo pouco importante?

Dada a classificação feita por Marx sobre a religião, enquanto superestrutura, como reflexo da realidade material, seria viável um caminho de estudos marxistas especificamente sobre ela? Quer dizer, seria possível, com base na inspiração marxiana, fazer um estudo da religiosidade que não se encerre na mera afirmação de que elas refletem os desígnios das elites econômicas e políticas?

No mínimo, é possível sugerir a utilidade de se estudar como tal correspondência acontece, admitindo que a religiosidade não é a mesma em todas as sociedades, e nem mesmo as elites exercem sua exploração de forma igual em qualquer sistema social. Marx e Engels aparentemente não julgaram importante buscar tal explicação, de forma coerente com a sugerida universalidade de sua teoria e dos estágios evolutivos das sociedades rumo ao comunismo. Mas pistas foram deixadas sobre a possibilidade de tais estudos serem realizados.

Como já apontado, nas sociedades em tese mais desenvolvidas, tais contradições entre infra e superestrutura não são tão aparentes, e sua relação não é meramente determinística, mas sim dialética, com a segunda também transformando a primeira. Compreender um sistema religioso e suas manifestações em dado lugar e momento no tempo, portanto, pode oferecer respostas para compreender também a realidade concreta. É um incentivo a tal estratégia está nas palavras do próprio Engels em carta a Joseph Bloch (1987), que Leão (2015) destacou na sua apresentação da abordagem da sociologia clássica sobre a religião:

A situação econômica é a base, mas os diversos elementos da superestrutura – as formas políticas das lutas de classes e os seus resultados; as Constituições estabelecidas uma vez ganha pela classe vitoriosa, etc. –, as formas jurídicas, e mesmo os reflexos de todas essas lutas reais no cérebro de todos esses participantes, teorias políticas, jurídicas, filosóficas, concepções religiosas e o seu desenvolvimento ulterior em sistemas dogmáticos exercem igualmente a sua ação no curso das lutas históricas e, em muitos casos, determinam-lhe propriamente a forma. (ENGELS, MARX, 1987, p. 39 *apud* LEÃO, 2015, p. 16)

Outro caminho possível para um estudo marxista da religião reside na aproximação com a sociologia weberiana, buscando, na cultura, elementos distintivos de explicação da realidade material. Tal caminho foi seguido pelos autores da Escola de Frankfurt, principalmente em relação à produção cultural do século 20 e sua relação com a sociedade industrial, mas não há comparativo semelhante em relação às crenças religiosas. Porém, Löwy (1998) já apontou que, em “O Capital”, Marx se debruçou rapidamente sobre o protestantismo como possível fator causal na formação do capitalismo moderno, inclusive com uma explicação de certa forma culturalista:

Marx, às vezes, sugere uma relação de causalidade em que a religião seria um fator ativo na formação do capitalismo. Por exemplo: para sustentar a afirmação de que "o protestantismo é essencialmente uma religião burguesa", menciona o papel da Reforma na Inglaterra na espoliação dos bens da Igreja e das terras comunais: ao dar "um novo e terrível impulso à expropriação violenta do povo no século XVI", a nova religião favoreceu a acumulação primitiva do capital. Em outra passagem, ele afirma, de modo ainda mais explícito: "Já na transformação que faz de quase todos os dias feriados em dias úteis, o protestantismo desempenha, um importante papel na gênese do capital". (LÖWY, 1998, p. 160)

O mesmo Löwy aponta como, na mesma obra, Marx por vezes cita a religião como “reflexo” da realidade material, e em outras como “complemento” - o que dá outro sentido à relação. E aponta: “Mais interessante que a validade empírica de tais análises historiográficas é seu significado metodológico: o reconhecimento da religião como uma das causas importantes das transformações econômicas que conduzem ao estabelecimento do sistema capitalista moderno”. Parece coerente, assim, afirmar a possibilidade de uma sociologia da religião marxista – mais ainda: se considerarmos uma relativização do universalismo marxista e admitirmos um estudo específico dos diversos sistemas religiosos e universais existentes, abre-se espaço para compreender como diferentes crenças influenciaram e são influenciadas pelos respectivos sistemas econômicos que os acompanham.

Considerações finais

Analisando a produção dos três clássicos fundacionais da sociologia sobre a religião, parece claro que existem em todos eles instrumentos para inspirar estudos do fenômeno inspirados em suas produções originais. Se tal afirmação não constitui novidade em se tratando de Durkheim e Weber, dada a abordagem explícita da religião em obras seminais de ambos os autores, a aproximação das suas perspectivas sobre o tema não costuma ser lembrada, e colabora para demonstrar que diferentes abordagens sociológicas sobre um mesmo fenômeno podem chegar a resultados próximos. Basta notar as considerações específicas que os autores fizeram sobre a crença protestante e sua relação com fenômenos sociais como o suicídio e o capitalismo moderno. Seja pela via funcionalista durkheimiana ou pela compreensiva weberiana, a religião é, em ambos os casos, chave para entender o funcionamento das sociedades mais racionalizadas e calcadas na maior divisão do trabalho. A principal diferença é que, em Weber, se supõe uma liberdade maior de ação para o agente individual e para as diferentes relações possíveis entre a ética religiosa e o comportamento econômico, com resultados diversos; em Durkheim, as categorias religiosas têm importante papel para a formação do pensamento, mas de forma menos compreensível para o indivíduo. Importa menos como as pessoas mobilizam a religião, e mais as consequências dos sistemas e símbolos religiosos para a ação coletiva – tema que seria desenvolvido mais à frente por Lévi-Strauss e sua antropologia estruturalista.

Também no caso de Marx, sustentamos que a religião pode ser uma importante chave para compreender sua teoria, ainda que o autor não tenha voltado a abordar o assunto em detalhe após “A Ideologia Alemã”. Foi possível observar que esta obra e as que as precederam trazem importantes elementos marxianos para estudar a relação entre religião, enquanto ideologia, e a realidade material; e também que, mesmo em “O Capital”, Marx deixou pistas para avaliar a influência de uma religião na formação de sistemas econômicos – numa aproximação com Weber que não costuma ser a mais apontada pelos

sociólogos, em comparação com aquelas envolvendo a “gaiola de ferro” descrita por Weber e a alienação do trabalhador no sistema capitalista.

Assim, é possível afirmar que, em qualquer uma das principais tradições sociológicas, estudar a religião é um caminho profícuo para compreender e explicar a realidade social. Se Weber é a principal referência da sociologia da religião enquanto disciplina específica, e Durkheim inspira uma tradição de estudos ligando categorias de pensamento e comportamentos coletivos, Marx também pode oferecer importantes pistas para explicar aspectos do capitalismo em conexão com crenças religiosas.

Rafael Faustino é mestrando no Programa de Pós-graduação em Sociologia da Universidade Federal de São Carlos (PPGS-UFSCar). Bacharel em Ciências Sociais pela Universidade de São Paulo.

Contato: rafa.faustino09@gmail.com

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4423196105508468>

ORCID: <https://orcid.org/0009-0002-3383-0935>

Artigo recebido em: 08/09/2024

Aprovado em: 07/12/2024

Como citar este texto: FAUSTINO, Rafael. A religião como chave para a compreensão da realidade nos clássicos da sociologia: possibilidades e aproximações. **Perspectivas Sociais**, Pelotas, vol. 10, nº 02, p. 252-271, 2024.

Referências bibliográficas

DURKHEIM, E. **As formas elementares da vida religiosa (o sistema totêmico na Austrália)**. São Paulo: Ed. Paulinas, 1989.

DURKHEIM, E. **Da divisão do trabalho social**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

DURKHEIM, E. **O Suicídio: Estudo de Sociologia**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

ENGELS, F. Carta a Joseph Bloch. *In*: MARX, K. & ENGELS, F. **Cartas Filosóficas e o Manifesto Comunista de 1848**. São Paulo: Moraes, 1987.

GIDDENS, A. **Capitalismo e moderna teoria social**. Lisboa: Editorial Presença, 2005.

JOAS, H. **Under the Spell of Freedom: theory of religion after Hegel and Nietzsche**. Nova York: Oxford University Press, 2024.

LÖWY, M. **A teoria da revolução no jovem Marx**. São Paulo: Boitempo, 2012. E-book Kindle.

LÖWY, M. Marx e Engels como sociólogos da religião. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, n. 43, p. 157–170, 1998.

MARX, K; ENGELS, F. **A ideologia Alemã (I - Feuerbach)**. 6 ed. São Paulo: Hucitec, 1987.

MARX, K. **Crítica da filosofia do direito de Hegel**. São Paulo: Boitempo, 2005.

PIERUCCI, A. F. **O Desencantamento do mundo: todos os passos do conceito em Max Weber**. São Paulo: Editora 34, 2003.

WACQUANT, Loïc. Durkheim e Bourdieu: a base comum e suas fissuras. **Novos Estudos Cebrap**, v. 48, p. 29-38, 1997.

WEBER, M. O Estado-nação e a política econômica (discurso inaugural acadêmico). *In*: WEBER, M. Max Weber: **Escritos políticos**. São Paulo: Folha de S. Paulo, 2015.

WEBER, M. **A ética protestante e o “espírito” do capitalismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

WEBER, M. A psicologia social das religiões mundiais. *In*: GERTH, H.H.; MILLS, C.W (orgs). **Max Weber: Ensaios de Sociologia**. Rio de Janeiro: LTC, 1982.

WEISS, R.; BENTHIEN, R. F. 100 anos sem Durkheim. 100 anos com Durkheim. **Sociologias**, v. 19, n. 44, p. 16–36, jan. 2017.